

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: OLHARES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL NO  
MUNICÍPIO DE MATINHOS/PR**

MATINHOS

2012

MIRIAN CRISTINA LOPES

**EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: OLHARES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL NO  
MUNICÍPIO DE MATINHOS/PR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca do Curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar da Universidade Federal do Paraná. Como requisito parcial para obtenção do grau de especialista.

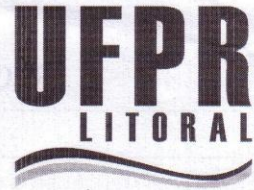
**Profª Orientadora:** Édina Vergara.

MATINHOS

2012



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
UFPR Litoral  
Curso de Especialização em Questão Social  
pela Perspectiva Interdisciplinar



## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Doutora **ÉDINA VERGARA FAGUNDES**, realizaram em **04/04/2012** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **MIRIAN CRISTINA LOPES**, sob o título "*Educação e Serviço Social: olhares frente a questão social no município de Matinhos/PR.*", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "APL".

Matinhos, 04 de abril de 2012.

Prof.ª Dra. Edina Vergara Fagundes

Prof.ª MSc. Suzana Cini Freitas Nicolodi

Prof. Dr. Mauricio Cesar Vitória Fagundes

Mirian Cristina Lopes

### Conceitos:

APL = Aprendizagem Plena

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente

### OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>05</b>
<b>1.1.</b>	<b>EDUCAÇÃO: UM CONCEITO CONSTRUÍDO AO LONGO DA HISTÓRIA.....</b>	<b>07</b>
<b>2.</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1</b>	<b>EDUCAÇÃO, SERVIÇO SOCIAL E O CONTEXTO DA REALIDADE SÓCIO-POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE MATINHOS - LITORAL DO PARANÁ.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>EDUCAÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA QUESTÃO SOCIAL.....</b>	<b>19</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Adentrar ao universo do debate educacional correlacionado a atuação do Serviço Social, não foi uma tarefa fácil, pois demandou constantes movimentos e entre avanços e retrocessos, entrei em conflito por diversos e diferentes momentos. No início das aproximações com o tema meramente me limitava a criar hipóteses da realidade, depois passei a desmistificar as certezas que previamente eu havia construído. E como consequência desse processo angustiante e necessário, muitos questionamentos surgiram diante de uma caminhada de levantamentos teórico-práticos que por vezes colocaram em cheque o Serviço Social e os resquícios históricos de uma categoria que por décadas se confundiu no educar.

Esse processo foi construído com base em um conjunto de experiências, que por vezes não me pareceram tão visíveis. E em meio a confusas reflexões e auto-avaliações no decorrer do processo, fosse no delimitar do objeto, no desenrolar da construção do estado da arte, na escolha dos sujeitos e dos demais recortes necessários ao desenvolvimento da pesquisa segui desenrolando a questão. Contudo, em meio a esse desenho se movia segundo a vontade e às vezes segundo as delimitações teórico-metodológicas demandadas, me foi possível apreender importantes e indispensáveis conteúdos para o “desvendar a realidade”, ou seja, me colocar a ver as complexidades da Educação para além do real aparente.

O presente artigo se refere ao estudo da importância da atuação profissional do assistente social na educação pública a partir de análises que permearam questões como, por exemplo: as influências histórico-sociais na construção do que entendemos na atualidade como educação; a educação e o Serviço Social em relação à questão social no Brasil e entre outros as particularidades do município de Matinhos - Litoral do Paraná em relação ao Serviço Social na Educação.

No que se refere à delimitação do objeto de estudo e aos levantamentos necessários a pesquisa, o processo metodológico foi bastante diversificado. O uso de entrevistas qualitativas semi-estruturadas e questionários com questões abertas e fechadas foram elencados, a fim de contemplar particularidades econômicas presentes na construção e na intervenção desses sujeitos diante da realidade em que atuam.

Ainda quanto aos instrumentais, este trabalho não apresenta sistematizações de dados quantitativos, pois ainda que se tenha realizado o processo, a não exibição dos mesmos também compõe uma escolha teórico-metodológica. Ao todo foram 06 escolas e 20 profissionais que gentilmente colaboraram para a construção desse trabalho, totalizando 10 entrevistas e 10 questionários (com quem realizei a entrevista, não apliquei questionário), muitas foram às categorias analíticas postas e a cada entrevista novas particularidades se apresentavam, porém, nem todas estão presentes nesse estudo, devido ao tempo e os recortes metodológicos necessários.

Optei por não condicionar, linear e ou limitar os procedimentos operacionais metodológicos, por compreender que a flexibilidade no trabalho com grupos enriquece o processo. E para a efetivação dos processos necessários para a construção dessa pesquisa, optei por diversas técnicas e instrumentos teóricos - metodológicos do Serviço Social que foram necessários, utilizando e adequados a cada situação e fase da pesquisa.

Partindo do pressuposto de que o diálogo entre as profissões é meio de ampliar o debate, ou seja, na perspectiva da construção do conhecimento interdisciplinar denomino aqui os instrumentos teórico-metodológicos designados: entrevistas abertas individuais e coletivas; escuta; orientação; diálogo; observação; registro; relatório; investigação; reuniões; mediações; mobilizações, entre outros, a partir de encontros acordados e estabelecidos junto à Secretaria de Educação do município, as escolas e os agentes que se dispuserem a colaborar para a pesquisa.

Nesse sentido, no captar e no identificar das informações acerca da realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa, suas concepções, questionamentos, interesses, modos de participação, entre outros, tive a pretensão de buscar metodologicamente amplitude no que se refere às possibilidades de análise. Partindo do pressuposto que a pesquisa qualitativa “é um espaço político privilegiado, pois é o espaço crítico da construção de parcerias, da socialização, da construção permanente, da produção de historicidade e de determinantes sociais” (MARTINELLI, 1988, p.47).

“Pra ser sincera, se uma assistente social fosse contratada e trabalhasse somente com as famílias, muitos dos nossos problemas já seriam resolvidos, porque a maioria das situações complicadas acontece porque os pais não tão nem ai para o que acontece na escola” (PROFESSORA 10).

No todo, esse trabalho é uma construção coletiva que partiu da experiência dos sujeitos, a fim de, apreender o debate para que em um momento profissional futuro me fosse possível construir estratégias para inserir, ampliar e materializar o debate junto a outros sujeitos interessados na questão. Diante disso, compreendendo que essa pesquisa não só alcançou seus objetivos iniciais como se colocou enquanto possível base para intervenções futuras e sem qualquer presunção acadêmica, afirmo que o presente artigo se coloca enquanto um convite ao fomento da necessidade de se debater a importância do assistente social na educação, no sentido de despertar profissionais e gestores municipais para esse “gigantesco buraco” no pensar das políticas públicas.

Assim, a construção metodológica para esse estudo se deu nas necessidades apontadas durante o processo de apreensão, reflexão e no levantamento de dados, desde o início da proposta no projeto de pesquisa até a esse momento, a partir de um contínuo processo de aproximações que consubstanciaram o método continuamente em todos os níveis da construção. Entendendo que não há receita pronta para encontrar em meio a tanta contradição, estratégias de superação dos entraves educacionais, pois a “criação do novo não pode ser previsto e não há como conhecê-lo por antecipação, senão não haveria criação” (MORIN, 2006).

## **1.1 EDUCAÇÃO: UM CONCEITO CONSTRUÍDO AO LONGO DA HISTÓRIA**

Na busca de permear o conceito de Educação me lancei a um tímido resgate do cenário histórico da pesquisa em educação e no que se refere às origens, identifiquei certa divergência entre autores, quanto ao marco histórico e na própria conceituação. Para alguns o ponto de partida para análise histórica deveria se dar pela idade média quando as instituições educacionais estavam atreladas ao domínio religioso. Outros delimitam que o marco histórico a ser levado em consideração se dá em meados do século XIX, por se tratar de uma configuração mais atual, quando o sistema educacional passa a ser de controle estatal.

“Pra começar, não somos preparadas na formação pra dar conta de tantos problemas sociais, estudamos sobre a história da educação e muito pouco em questões mais atuais” (PROFESSORA 04).

Segundo Costa (2000), o marco histórico a ser delimitado seria o que mais se aproxima ao sistema de educação atual, ou seja, quando passa a ser uma atividade de controle e responsabilidade eminentemente estatal, ainda que acabe se descentralizando no que concerne a responsabilidade e ao financiamento, às associações e empresas privadas, inseridas na instância pública, pela bandeira da universalização do acesso.

Tateando a questão se tornou notável que o recorte de análise se faz imprescindível para lançar luz à discussão, pois várias são as faces que poderiam ser esmiuçadas e ainda que esse fosse o objetivo, não daria conta de tamanha caminhada. Nesse sentido, esse estudo permeia um debate mais contemporâneo, pois, se trata de uma análise parte dos sujeitos que atuam na educação pública brasileira.

Observei que no contexto da história brasileira construímos socialmente diferentes concepções e formas de pensar a educação, ou seja, desde 1500 quando os jesuítas pisaram em nossas terras até os dias atuais os processos educacionais tendem a instituir propostas e/ou modelos de condutas, princípios, regras, entre outros, a fim de “ensinar” aos “educados” como conviver em sociedade e instituir processos de desenvolvimento a partir de moldes comportamentais.

Comparando então as várias concepções de educação, foi possível notar que estão intrínsecos na conceituação diversos aspectos; sócio-culturais, sócio-políticos, sócio-econômicos, entre outros e que dependendo do contexto sócio-histórico em que foram “construídos” revelam visões de mundo e principalmente intencionalidades. Um país como o Brasil, por exemplo, que desde os primórdios de sua história foi marcado pela exploração e pela transmissão de conhecimento segundo padrões e valores construídos por outras sociedades, dificilmente teria outra realidade senão o atual retrato de uma educação conservadora, precarizada e mantenedora de privilégios para uma determinada camada social.

Entre os vários conceitos analisados, a questão econômica aparece como fator determinante em vários períodos históricos, pois é possível localizar com facilidade que a educação por vezes foi instituída enquanto divisor de águas na sociedade, no que diz respeito à perpetuação das desigualdades entre as classes.

Cabe apontar que não tenho como finalidade reduzir a história da educação às determinações do sistema econômico vigente, porém tais apontamentos são determinantes para uma análise crítica para além do real aparente, pois nas

sociedades capitalistas a educação pode desempenhar a função de aparar ideologicamente o Estado.

Nos discursos mais atuais é possível observar que o conceito de Educação esta diretamente relacionado à “salvação do futuro da nação” debate muito presente nas falas de nossos representantes e nas bases questionadoras das políticas públicas de Educação, porém é preciso pontuar que desde o ensino instituído pelos jesuítas por volta de 1534 a 1850 até a implantação burocrática do Estado brasileiro por volta de 1808 a 1850 a educação foi nos imposta no sentido de inicialmente nos “domesticar” para posteriormente nos comandar.

Em outras palavras, se por uma face analítica a educação pode ser indiscutivelmente uma importante porta de entrada para a formação de cidadãos emancipados e nesse sentido a educação é posta enquanto a principal “arma de um povo” na construção de seu futuro, por outro lado, a educação em suma também se apresenta em nossa sociedade no sentido de educar para convivência, para organização sócio-técnica do trabalho e principalmente para a manutenção dos ideais sócio-políticos e sócio-econômicos de uma determinada camada da população, ou seja, para os que a comandam.

Segundo Aranha (1996), é possível notar em diversos períodos da história significativas diferenças nos moldes educacionais, principalmente no que se refere à educação das elites e da classe trabalhadora. Escolas voltadas para a classe popular com metodologias inadequadas, professores despreparados e estrutura precária ao passo que as escolas que atendem as elites burguesas garantem padrões educacionais aos moldes europeus.

Antigos princípios de educação, foram substituídos na contemporaneidade por novas propostas e políticas de educação que passam a conceituar a educação enquanto elemento fundante para o desenvolvimento de qualquer sociedade, ou seja, independente do período histórico a busca por processos educacionais que viabilizem determinadas transformações nas relações políticas, econômicas e sócio-culturais no âmbito da universidade e da sociedade, não é uma particularidade da atualidade, tendo sido analisada e construída para responder as demandas do sistema vigente ao longo da história do país (KUENSER, 1988).

“Faz tanto tempo que não participo de nenhum congresso ou fórum que nem sei se hoje em dia, debatem essas problemáticas sociais em educação, sabe?” (PROFESSORA 03).

Partindo então do pressuposto que a Educação tem sido construída socialmente através dos tempos, a fim de criar e manter culturas, e entendendo por cultura um vasto leque de valores, princípios, habilidades, papéis, ideologias, entre outros, processos que partem das relações sociais entre os sujeitos e o meio em que vivem, persisto nesse caminho de análise, ressaltando que a educação é condição indispensável na formação de uma sociedade mais justa, ou seja, cidadã, democrática, plural e igualitária, mas que deve ser compreendida e analisada a partir de amplos aspectos da realidade.

Varias e complexas são as faces de análise para os que desejam compreender a Educação e somente a partir de conceitos educacionais que considerem os sujeitos enquanto agentes determinantes na condução de sua própria história é que teremos condições de avançar na discussão, pois como registrou um dos maiores mestres da Educação Brasileira, historicamente temos pensado e planejado processos educacionais sem nada perguntar às massas populares. Essas “aparecem como meros reflexos: faz-se para elas, mas nunca se pensa em fazer com elas” (FREIRE, 1985, p.96).

“Espero que essa sua pesquisa saia do papel e tome rumos legais, para que no futuro tenhamos uma assistente social fazendo parte da equipe pedagógica da escola. Não sei se vocês sabem, mas nos estamos cansadas de sermos vistas como fonte de pesquisa pelas universidades, ancora para os gestores e segundos pais e mães pelas famílias dos alunos. Espero também que outros profissionais comecem a visualizar a escola pública como espaço de trabalho e não estou falando de amigos da escola, de boas ações de um dia, estou falando de trabalho continuado” (PROFESSORA 03).

## **1.2 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

Para trazer à tona a questão brasileira da Educação em relação ao Serviço Social é imprescindível demarcar que a Educação passa a ser entendida e proposta enquanto espaço de formação cidadã somente a partir de 1988 com a promulgação do Estado Democrático de Direito, com a instituição da Constituição Federal do Brasil - CFB. Período que marca a Educação enquanto um direito fundamental de todo (a) brasileiro (a). Período de extrema importância para a nação e no que diz respeito à educação, institui ao Estado total responsabilidade pela garantia da

educação pública para todos os cidadãos, enquanto condição determinante para a democracia.

“Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A CFB demandou extremo aprofundamento teórico-prático para que fosse possível instaurar diretrizes, bases e leis que a garantissem, movimento que posteriormente culminou com a Declaração Mundial sobre Educação para todos que resultou na década de 1990 na nova Lei de Diretrizes e Bases para regulamentação da escola pública brasileira, que teve como uma de suas particularidades, a ampliação e a concretização de ações de garantia de inclusão na escola.

Assim, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – n. 9.394/96 estabelece, nos artigos 26, 27 e 28, uma nova reforma na base curricular nacional, processo que além de ser uma conquista de muitas lutas por parte de diversos movimentos sociais brasileiros, de certa forma também esteve profundamente permeado pelo momento econômico do país, pois apontou para uma base curricular nacional, sob a ótica da necessidade de adequar a educação brasileira às mudanças ocorridas no cenário econômico mundial e local, colocando a escolaridade como obrigatória e voltada à conquista do mercado de trabalho (Brasil, 1996).

Ao olhar para a cena contemporânea é possível afirmar que muitos foram os avanços na educação brasileira tendo o processo de democratização da década de 80 como a “grande alavanca” da escola enquanto instituição pública social, pois garantiu a toda população significativas ampliações no que se refere à redução do analfabetismo, a inclusão e a permanência escolar, ao número de instituições públicas de ensino, a qualidade de formação e qualificação dos profissionais do âmbito escolar e entre outros, a transformação e ampliação do próprio conceito de educação no país.

“Não entendo como podem pagar tanto para professores do ensino superior e tão pouco para nós professores do ensino fundamental, chega ser humilhante” (PROFESSORA 2).

O Serviço Social historicamente esteve atrelado à questão da educação desde os seus primórdios e essa é de certa forma uma condição inseparável, devido à dimensão educativa ou político-ideológica da profissão que nos coloca a atuar diretamente “nas relações sociais cotidianas, no atendimento as mais variadas expressões da questão social”, seja por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais nas organizações públicas ou privadas (IAMAMOTO, 1998).

As condições históricas que emergem no Brasil a partir da década 80 demandam as categorias profissionais a necessidade de se repensar, pois os movimentos sociais progressistas intrínsecos do período apontam e favorecem a consolidação de novos projetos políticos profissionais e para os assistentes sociais essa foi uma condição determinante que culminou na elaboração do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais em 1993.

“Projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários dos serviços, com as outras profissões e com as organizações e eticamente consideradas, tais condições têm origem na organização política da categoria profissional, no amadurecimento de uma vertente teórico-histórica e no posicionamento ético das entidades representativas da categoria no encontro, deliberações e intervenções consubstanciadas, em especial, nos Congressos Brasileiros a partir de 1979, na Reforma Curricular de 1982 e 1996, nos Códigos de Ética de 1986 e 1993” (ABESS/CEDPSS, 1996).

As políticas sociais sempre foram espaços privilegiados de atuação para os assistentes sociais, principalmente na política de assistência social que no diálogo com a política de educação se torna umas das principais estratégias de gestão estatal no que se refere à implantação de mecanismos de enfrentamento à exclusão escolar.

Uma área bastante próxima e contraditória, terreno de muitas ações, projetos e programas nas três esferas de governo e, também, no âmbito privado, espaço legitimado pelas propostas de responsabilidade social. Ao mesmo tempo em que essa interface da política de assistência social com a política de educação apresenta significativos avanços na luta contra as desigualdades e a forte exclusão que permeia o campo educacional, insere processos complexos de incompatibilidade gestacional, pois muitas das demandas, por vezes, são geradas pelo mesmo sistema que propõe o enfrentamento.

Portanto esse espaço de atuação exige constantes reflexões, pois a interface entre as políticas acaba se dando através de condicionalidades. Posso apontar, para exemplo, o Programa Bolsa Família que tem como uma de suas condicionalidades, que a família garanta a presença escolar das crianças e adolescentes do grupo familiar, porém, a política pública de educação e de assistência pouco avançou em programas que garantam a permanência dos mesmos, o que culmina na evasão escolar.

Nesse contexto, o retrato que temos são instituições públicas escolares abarrotadas de diferentes expressões da questão social, pois as políticas públicas são empregadas desvinculadas do contexto mais geral, como por exemplo, situações de violência doméstica e urbana, dependência química, preconceitos, conflitos sócio-familiares, despreparo profissional, engessamento pedagógico educacional, baixos salários, sucateamento de instalações, ausência de equipe técnica especializada, distanciamento das famílias nos processos decisórios da escola, entre outros.

O sistema capitalista é o propulsor das desigualdades sociais, pois sua lógica neoliberal direciona as intervenções estatais e condiciona o país a determinações de forças externas, instituições financeiras e de regulação, como por exemplo, o Banco Internacional de Reestruturação e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas (ONU), que definem em grande parte os critérios para o desenvolvimento dos países ditos em desenvolvimento. Além dos percalços das condições econômico-sociais insere na educação o ideário individualista e quantitativo, ou seja, a corrida pelos índices de aprovação e de inserção, o que compromete em muito o papel das instituições escolares.

Diante desse contexto, entendo que a educação é uma política pública universal que propõe a materialização da cidadania em “um campo da vida social tensionado pelas disputas dos projetos societários de diferentes grupos e segmentos sociais” o que temos então é um espaço de diversas contradições e violações de direitos (ALMEIDA, 2000, p.155).

“Aqui na escola trabalhamos com crianças que sofrem todo o tipo de violência e risco cultural, emocional e social e sabemos que a coisa só piora se for olhar a família toda” PROFESSORA 9).

Penso que para compreender as contradições postas ao pensar a Educação se torna imprescindível a análise da questão social, pois investigar, analisar e ficar atento às relações de poder estabelecidas, às estratégias de marketing, de financeirização e de reestruturação produtiva, ou seja, analisar as estratégias do sistema econômico que direta e/ou indiretamente tem influência determinante no processo educacional, a fim de que a Educação possa encontrar formas de se desprender desse sistema hegemônico, que aos poucos privatiza o ensino se pautando na desqualificação do Estado, garante a apatia e/ou a aniquilação dos movimentos sociais, fortalece a desigualdade e, entre outros, faz uso da fé para mistificar as mazelas humanas.

Uma das questões que atualmente ferve no debate educacional se refere ao potencial da atuação interdisciplinar enquanto estratégia de superação das dicotomias sociais, pois seja em ações mais imediatas e/ou em projetos a longo prazo, profissionais unem suas áreas do conhecimento, a fim de instituir processos preventivos e educativos relacionados a conflitos sócio-culturais, sócio-econômicos, sócio-ambientais, além de tratar questões de saúde, trabalho, gênero, etnia, entre outros. E ainda, que existam divergências de posicionamento teórico entre autores brasileiros sobre essa questão, é possível notar certa consonância acerca da importância dada por diversos pesquisadores da educação no que se refere à necessidade de inserir no ambiente escolar, profissionais que caminhem no sentido da ampliação da participação da comunidade no processo de construção da gestão educacional como, por exemplo, pedagogos e assistentes sociais (Paiva, 1998).

Tendo em vista que o assistente social se lança na sociedade a fim de “impulsionar a democracia, socializar informações e ampliar o poder decisório da sociedade civil na gerencia da coisa pública”, propiciar visibilidade a esse espaço de atuação é de extrema importância, pois culmina com a natureza política da profissão que tem como papel social a luta pela defesa intransigente dos direitos sociais, como prevê o Código de Ética da profissão (IAMAMOTO, 1998).

“Acho que com uma assistente social trabalhando com a gente ela poderia acompanhar as famílias e os alunos e quem sabe melhorar a relação da escola com a comunidade. Até porque hoje em dia é a gente que tenta resolver esses problemas e não temos formação pra isso por mais comprometimento que temos, tem coisas que exige formação específica” (PROFESSORA 5).

Fagundes (2007), afirma que a contemporaneidade denuncia nossa resistência em acompanhar e/ou lançar-se a novos projetos de educação independente da área de formação, porém também aponta experiências que na área da educação tem inovado no que se refere a reforçar rotas progressistas no meio social. Nessa direção, o Serviço Social tem se mostrado um educador político determinante, pois a atuação interdisciplinar compõe sua trajetória profissional, devido a uma característica profissional construída ao longo de quase 100 anos que se materializa no código de Ética do Assistente Social (1993) e no compromisso com uma sociedade emancipada.

## **2.1 EDUCAÇÃO, SERVIÇO SOCIAL E O CONTEXTO DA REALIDADE SÓCIO-POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE MATINHOS - LITORAL DO PARANÁ**

O Litoral do Paraná caracteriza-se pela sua diversidade física e biológica, que influenciou e influencia a ocupação, o condicionando o uso de seus espaços, ou seja, a análise das inter-relações entre a base natural e a ocupação e seus usos pode contribuir para identificar e caracterizar os conflitos e tendências no desenvolvimento urbano de suas cidades, pois o processo histórico acontecido desde o Brasil Colônia impôs ao nosso Litoral anos de abandono no que se refere a seu desenvolvimento, pois foi descartado enquanto potencialidade de desenvolvimento quando se descobre a baixa qualidade de produção dos solos litorâneos, deixando de ser alvo de investimentos, o reduzindo economicamente a função portuária para exportação de produtos produzidos em outras regiões (LIMA, NEGRELLE, 1998).

Assim, o Litoral que nos seus primórdios foi idealizado como a grande porta para exploração de riquezas pelos colonizadores que aqui chegaram pela rota marítima, certos de encontrar pedras preciosas, ouro e solos férteis foi abandonado, pois as riquezas não foram encontradas em grande escala como o sonhado, ou seja, foi deixado à duras penas pela colônia, pelos investidores e nos tempos mais atuais também pelo Estado brasileiro, pois essas são Terras que dificilmente serão vetores do capital.

“Sou professora há muito tempo e conheço quase todas as famílias dos alunos e posso dizer que muitos dos problemas com os alunos da escola têm a ver com a pobreza das famílias” (PROFESSORA 7).

Com o passar das décadas, em meados do século XX o Litoral passa ser percebido enquanto um local oportuno para descanso e lazer, majoritariamente a curitibanos de classe média e, em menor grau, a pessoas do interior do estado, da mesma condição social e esse perfil turístico foi configurando o uso balneário dos municípios praianos. Em tempos mais atuais, a partir das mudanças na ordem do sistema econômico vigente, o litoral paranaense passa a ser visto também enquanto uma das maiores áreas de valor ambiental no contexto político contemporâneo, onde os recursos naturais passam a ser tidos como o “ouro das nações”. Podemos dizer então que o Litoral do Paraná se resume a um território com 82% de área de preservação ambiental, com um porto de exportação e uma população dependente economicamente de um turismo de aproximadamente quatro meses, configurado por um uso balneário de seu território (ÂNGULO, 1993).

Nesse sentido, o que temos na atualidade é um litoral com desenvolvimento determinado pela cultura turística de alta temporada de verão e feriados, situação que influencia a vinda permanente de pessoas que vêm de outras regiões a fim de estabelecer moradia no litoral. Com expectativas de melhorar a renda a partir de novas oportunidades, seguem ocupando espaços menos valorizados, regular ou irregularmente a partir de uma urbanização mais precária, com carências presentes na infra-estrutura e no acesso a serviços básicos, como saneamento. Enquanto a elite Paranaense investe em moradias de veraneio impulsionando a urbanização mais próxima ao mar, o que no município de Matinhos divide a Cidade em dois grandes extremos.

A partir disso, podemos afirmar que para a maioria da população fixa (caiçara) as condições de habitação são precárias em relação aos veranistas proprietários ou não de imóveis, pois grande parte dessa população mora em áreas irregulares em beiras de canais, morros, em terras invadidas e/ou negociadas com grileiros (sujeitos que invadem várias terras e as negociam com o passar dos anos). Apenas uma pequena parcela da população local trabalha com pesca ou agricultura, a maioria dos sujeitos depende dos serviços gerados na alta temporada de verão e grande parte da população é oriunda de cidades do interior do Paraná.

“Grande parte das famílias tem problemas bem parecidos, tipo de saúde, de renda, de violência, de descaso, problemas com o próprio planejamento familiar e a maioria não tem renda fixa, porque trabalho fixo mesmo só na temporada. No resto do ano uns catam papel e latinha, outros trabalham de diaristas, fazem jardim ou são pedreiros” (PROFESSORA 08).

Outra questão que agrava o desenvolvimento urbano de Matinhos se deve a população flutuante que no período de alta temporada passa pelo município aumentando significativamente o número populacional, o que agrava ainda mais a situação do município no que se refere ao acesso a bens e serviços, pois grande parte da população itinerante utiliza os serviços prestados pelas Secretarias municipais, em busca de atendimentos médicos, passagens para suas cidades de origem, cestas básicas, moradias, aumentando consideravelmente as demandas da cidade.

Mesmo com o retorno da baixa temporada, a população flutuante de baixa renda que vem em busca de emprego no comércio ambulante, acaba se fixando no local na esperança de oportunidades de emprego e renda na próxima temporada. E diante da escassez de oportunidades de trabalho essa população itinerante não encontra meios de manter alugueis nas áreas mais comerciais, passam a dividir espaço com outros trabalhadores da coleta seletiva de resíduos da cidade e iniciam um processo de adaptação e construção de novos espaços de habitação nas áreas mais afastadas da orla e em situação precária.

No que se refere à geração de emprego e renda as possibilidades de trabalho assalariado e permanente são escassas, a população encontra oportunidades de trabalho na atividade pesqueira, na atuação em edifícios e condomínios como zeladores ou caseiros, nas poucas vagas no comércio local, na venda de trabalhos artesanais e grande parte nos órgãos públicos municipais via Processos Seletivos Simplificados – PSS, cargos comissionados ou através de contratações terceirizadas. Mas ainda que o município não apresente condições de inserção ao mercado de trabalho formal e permanente nem para a população fixa, uma grande população flutuante que passa pelo município em busca de oportunidade de emprego no período da alta temporada, acaba se fixando no local a esperança da próxima temporada (período de grande mobilidade turística).

Essa população que chega ao município à espera dos empregos gerados por esse período de alta temporada de verão, que na maioria das vezes não passam de quatro meses, acaba permanecendo na região e enquanto aguarda a próxima

temporada, desenvolve trabalhos eventuais, auxiliando em obras, atuando na manutenção de jardins ou trabalhando individualmente ou em cooperativas com a coleta seletiva de resíduos para reciclagem, entre outros.

Essa realidade nos apresenta aspectos sócio-históricos, políticos e sócio-culturais que determinam as condições e as particularidades do povo litorâneo. Em outras palavras, uma população de avanços lentos delimitados pelo espaço geográfico e pelas complexidades encortinadas por mais de 300 anos de ausência de interesse político das esferas estaduais e municipais.

Diante disso, cabe apontar que o fenômeno histórico da alienação observado no curso do desenvolvimento de uma nação é;

“próprio de sociedades onde tem vigência a *divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais*, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence” [...] onde o trabalhador é explorado, por exemplo, a sociedade capitalista na qual a forma de exploração é *do homem pelo homem* (NETTO, 2006, p. 45).

Outro ponto a ser destacado se refere à participação política dessa população, que pode ser resumida ao período eleitoral, quando “trocam o voto por oportunidade de emprego ou algum ganho financeiro”. Mesmo nos conselhos do município, espaço de deliberação e controle social, o que se observa são representantes da comunidade que em maioria estão direta ou indiretamente ligados a administração municipal, comprometidos com alianças de fidelidade, devido a cargos de confiança (comissionados ou de chefia), que os impedem de qualquer manifestação mais incisiva e/ou desarticulada da gestão municipal.

Nesse contexto, fica explícito que a cultura política e o processo de consolidação de identidade individual e coletiva, assim como o capital social e os valores políticos dos sujeitos que compõem a sociedade litorânea, foram e são determinados por um complexo processo que em muito desenham a consolidação da forma de pensar e construir, valores e ações sócio-políticos dessa população. E compreendo que somente nos será possível enriquecer o debate sobre a educação, a partir de movimentos analíticos que apanhem ao máximo, elementos e fatores que direta e/ou indiretamente determinam os rumos de uma sociedade.

“As famílias das crianças não participam muito sabe, eles aparecem para pegar os boletins e nesses momentos a gente aproveita para dar os informes, alguns até ajudam a gente a organizar as festinhas, mas os pais não têm muito interesse, pra você ter uma idéia de 200 pais só 05 participam da APMF” isso que eu conheço quase 90% dos pais e estou sempre convidando e reunião pedagógica então nem se fale, nem me lembro a ultima vez que algum apareceu” (PROFESSORA 07).

Além disso, o comportamento político, as atitudes, as estratégias da cidadania, o acesso à informação e aos direitos, inclui também o reconhecimento de suas origens e dos possíveis determinantes e limites na construção de ideologias e de uma formação sócio-política. Em outras palavras, acredito na possibilidade de ampliar as análises sobre a democratização, a partir do reconhecimento do sistema pelo olhar dos sujeitos que o vivenciam, fazendo dessas ferramentas de investigação, para que, os sujeitos tenham condições mínimas de reconhecer a sua parte, ou seja, seu papel na luta pelos seus direitos.

## **2.2 EDUCAÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA QUESTÃO SOCIAL**

Tendo em vista que esse estudo parte de uma construção teórica coletiva que permeia na contemporaneidade diversas áreas de conhecimento, entendo que me cabe a responsabilidade de destacar no contexto desse debate a conceituação da questão social, pois considero que a modernidade expressa no seu cotidiano a radicalização da miséria e a precarização da universalidade do acesso as condições vitais para o exercício pleno da cidadania, ou seja, ao se tratar de educação a questão social deve ser eixo norteador constante, mas considerando as exigências da academia localiza-se nesse ponto o estado de compreensão dessa categoria de análise.

A Educação com relação ao Serviço Social foi um tema de constante interesse no espaço de debate da turma 2010 do Curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Uma turma com características peculiares, que me remete um carinho todo especial, pois além de profissionais de diversas áreas, ali se encontravam várias das colegas que ainda na graduação já debatiam a importância da atuação do assistente social na educação pública.

O Serviço Social atua na Educação na intenção de revelar possibilidades de trabalho, promover e ampliar espaços de debate, fomentar e potencializar processos

mais coletivos e mais sólidos, a fim de potencializar caminhos para a emancipação dos sujeitos, pois devido à sua formação crítica percebe a sociedade enquanto um espaço regido por um sistema econômico que não propicia à classe trabalhadora “uma consciência de classe, o que inviabiliza em muitos aspectos uma análise crítica e explicativa de sua própria realidade no que concernem as relações sociais e de produção postas à sociedade” (LUKÁCS, 1971, p. 381).

“Não sei por que não temos assistente social nas escolas do município e nunca pensei em solicitar para a secretaria. Até conheço algumas assistentes sociais porque já atenderam pessoas que conheço e também sei que são elas que acompanham as crianças do abrigo, mas não conheço a função da profissão na escola. Acho que seria uma mudança e tanto se ao menos tivéssemos uma assistente social na secretaria, porque poderíamos chamá-la quando fosse preciso” (PROFESSORA 03).

Sob a perspectiva de um Projeto Ético Político profissional comprometido com a defesa dos direitos sociais, da cidadania, da democracia e contra todo o tipo de injustiça social, projeto esse regulamentado pela Lei 8662/93 que redimensiona a profissão. A assistente social luta para consolidar tal projeto e se reforça cotidianamente no decifrar dos determinantes e das múltiplas expressões da questão social, eixo fundante de análise, pois se esconde atrás de roupagens distintas em cada período histórico da sociedade, “sociedade onde a igualdade jurídica de seus cidadãos convive, contraditoriamente, com a realização da desigualdade” (IAMAMOTO, 1998).

Diante disso, acredito que na caminhada acadêmica e em qualquer atividade investigativa de pesquisa;

“não se parte daquilo que os “homens” dizem, imaginam ou se representam, e também não se parte dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos “homens” realmente ativos, e com base no seu processo real de vida representa-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos deste processo de vida [...] A moral, a religião, a metafísica e a restante ideologia, e as formas da consciência que lhe correspondem, não conservam assim por mais tempo a aparência de autonomia [...] Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência como indivíduo vivo” (MARX e ENGELS, 1982, p. 14).

Partindo então da compreensão que o assistente social tem como demanda cotidiana as mais variadas expressões da questão social, posso afirmar que essa é uma profissão indispensável na educação, pois as expressões da questão social se apresentam como a especialidade do trabalho desse profissional e estão presentes

no espaço cotidiano das escolas públicas. Nesse sentido o assistente social “confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos da questão social no nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual ou coletiva” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154-5).

“Somente em uma sociedade onde todos os homens disponham das mesmas condições de sociabilização (uma sociedade sem exploração e sem alienação) pode oferecer a todos e a cada um as condições para que se desenvolvam diferencialmente a sua personalidade” (NETTO, 2006, p. 47).

Nesse sentido, cabe apontar que no âmbito das escolas públicas a intervenção realizada pelo assistente social tem mostrado que o Serviço Social é na atualidade uma profissão que não pode estar fora das equipes que atuam no ambiente escolar, pois as demandas levantadas pelos mais diversos órgãos de representatividade da profissão, confirmam que as demandas que se apresentam à neste campo exigem a especialidade desse profissional, pois o trato da questão social em relação à educação é constantemente construído e reconstruído por essa categoria profissional e como já dito antes compõe o seu cotidiano, como por exemplo;

...”baixo rendimento escolar; evasão Escolar; Desinteresse pelo aprendizado; Vulnerabilidade às drogas; Atitudes e comportamentos agressivos e/ou violentos, Contribuir para o ingresso, regresso e permanência; favorecer a relação família – escola; realizar pesquisas de natureza sócio-econômica e sócio-familiar; elaborar programas preventivos; prestar orientação às famílias sobre questões de saúde pública; estabelecer trabalho em rede; coordenar e fomentar espaços de debate no ambiente da escola; entre outros” (CEFESS, 2001).

Sob esse aspecto, GHANEM (2006), aponta que a participação de “novos sujeitos” profissionais no processo de tomada de decisão no interior das instituições educacionais, tem se mostrado enquanto alternativa aos conflitos do sistema, pois em experiências onde se priorizam mais a participação da comunidade, da família e de novos agentes sociais, os resultados se apresentam bem mais próximos aos interesses da comunidade local e não de interesses, como os do Estado e/ou os do mercado.

A questão social é discussão que compõe, fundamenta e alavanca os elementos de análise social para essa categoria profissional e no cuidado constante

para não deixar escapar os objetivos desse estudo, sigo dando prioridade a análise da questão social no que se refere à participação social dos sujeitos que profissionalmente se colocam como agentes propositores e construtores no espaço educacional das escolas públicas de ensino fundamental e para delimitar o campo a fim de elencar os dados qualitativos levantados, parto dos professores (as) das escolas de Matinhos - Litoral do Paraná.

“Sou professora a mais de 10 anos em Matinhos e nesse tempo as profissionais que trabalham nas escolas são as mesmas, pedagogas e professoras” (PROFESSORA 04).

Diante então de constantes aproximações teórico-práticas, esse estudo demonstrou que para revelar possibilidades de atuação e possíveis dificuldades a serem enfrentadas pelo Serviço Social nas escolas públicas é primordial envolver os sujeitos que atuam no processo educacional. E devido a isso os professores foram delimitados enquanto os sujeitos da pesquisa e a entrevista enquanto principal instrumento para o levantamento de dados.

“Acho que uma assistente social, poderia conversar com as famílias para saber de seus problemas sociais, poderia trabalhar com a comunidade escolar auxiliando eles a resolver problemas mais coletivos” (PROFESSORA 03).

Acredito que ao tratar da análise da atuação interdisciplinar no bojo da Educação no que se refere à sua capacidade de inserir processos de reconstrução do conhecimento e das formas de participação social, essa pesquisa tende a fomentar que a atuação profissional do assistente social na educação é uma demanda posta a sociedade, pois essa é a profissão que historicamente debate, atua, planeja e insere constantes questionamentos no campo tensionado das políticas públicas sociais. Partindo então dessa compreensão, foi possível verificar que não é apenas uma discussão teórica e sim uma demanda gritante no espaço escolar, por ser esse um “campo da vida social tensionado pelas disputas dos projetos societários de diferentes grupos e segmentos sociais” (ALMEIDA, 2000, p.155).

Cabe apontar que embora esse estudo tenha priorizado análises mais atuais, a Lei Estadual que institui as equipes multidisciplinares na Educação do Estado do Paraná (Pedagogo/Psicólogo e Ass. Social), seja recente (aprovada em 2006 no

Paraná, mas ainda não implementada em todo Estado), o levantamento da temática no Serviço Social, nos âmbitos mais gerais, não é privilégio dos dias atuais. Na década de noventa alguns pesquisadores já discutiam a questão da contribuição do Serviço Social na educação, apresentadas em pesquisas e em mesas de debate nos encontros da categoria, como por exemplo, no 8º e no 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, realizados em 1995 e 1998.

Segundo o CRESS – PR, ainda que a lei que institui Assistentes Sociais e Psicólogos na Educação a nível nacional e que tramita no Senado, conhecida como PL 60, não tenha sido implantada como o previsto, existe uma comissão promovendo debates e mobilizações em todo Brasil, para que a implantação da lei se torne uma realidade em curto prazo, embora que ainda seja necessário lutar muito, pois há diversas barreiras a serem enfrentadas, pois ainda que a constituição brasileira aponte que a “política pública deve ser reforçada pela democratização e pelo acesso dos sujeitos a mesma” essa ainda não é uma realidade materializada (LOPES, 2005, p.25).

Tendo em vista que o Município de Matinhos ainda não dispõe de assistentes sociais contratadas para atuarem diretamente na área escolar, entrevistei e apliquei questionários a vinte professoras que atuam em escolas de ensino público fundamental e médio do município de Matinhos.

Além de levantar que o campo de atuação do assistente social na educação é um espaço que deve ser conquistado no município, através da pesquisa diagnosei que as relações sócio-históricas, sócio-políticas, sócio-econômicas e sócio-culturais são aspectos imprescindíveis para uma análise mais conjuntural da questão, pois os possíveis avanços na política de educação no município só serão possíveis através de intervenções que compreendam que o cotidiano dos sujeitos que atuam na educação é determinado por relações clientelistas permeadas por valores e princípios que vem sendo reproduzidos ao longo de toda a história do Litoral do Paraná, como já contextualizado em parágrafos anteriores.

O que pode ser verificado nas entrevistas e nos questionários aplicados, como por exemplo, no relato da professora (01) que além de atuar como professora a muitos anos no município, compõe o grupo das profissionais que atua com muita determinação nas escolas, quando afirma que:

“Hoje a maior problemática é que a escola não pode proteger ou ir a fundo para resolver muitas das situações que encontra, somos obrigadas a conviver com o descaso social, porque isso gera eleitores e nós sabemos bem disso e não estou falando que isso acontece em Matinhos, to falando da situação do Brasil todo. Mas não temos muito que fazer, porque mesmo a cidade sendo pequena, o problema com distanciamento e o desinteresse dos pais nas decisões da escola dificilmente muda” (PROFESSORA 01).

Nesse sentido, observei que grande parte dos sujeitos entrevistados conhecem bem suas condições de trabalho e compreendem em parte as complexidades determinantes do processo, ou seja, elegem estratégias para enfrentá-las, mas não visualizam muitas expectativas diante da configuração atual da política de educação, além de persistirem em culpabilizar as famílias por grande parte dos problemas que enfrentam na escola e diante de salários baixos, esgotamento cotidiano de trabalho, entre outros, não conseguem consolidar ações mais coletivas para colocar em pauta a questão junto às famílias e alunos (as).

Diante do exposto, Ferreira, Dalila e Oliveira (2009), convergem com Pimenta (2002) ao considerar que a educação tem como desafio a apropriação das contradições produzidas no interior da sociedade para que, constatando-os possa contribuir para a sua transformação, ainda que os reflexos do sistema instituído demonstrem na contemporaneidade índices de extrema violência, fome, concentração de renda, desemprego, entre outras mazelas de uma sociedade desigual. Porém é uma tarefa árdua, pois exige enfrentamentos diretos com aqueles que atuam, propõe/ou coordenam a Educação no País.

Neste contexto, a não inserção política dos sujeitos pode ter como resultado uma sociedade alienada frente às questões presente na relação Estado e sociedade e também no âmbito do fortalecimento da própria sociedade no que se refere à organização e a emancipação. Em outras palavras, longe de conhecimentos que levem à sociedade a compreensão das relações sociais e de poder que norteiam a sociedade, os sujeitos se distanciam de seus direitos, pois não sabem como lutar por eles, ficando alienados, sem condições de se levantar contra a classe dominante que hegemonicamente dita às regras, sociedade que através de um sistema econômico neoliberal a cada dia aumenta a desigualdade social entre as classes.

“Várias assistentes sociais foram contratadas no ultimo PSS (Processo Seletivo Simplificado) para trabalhar no município, a maioria foi direto pra Secretaria de Assistência Social e só uma foi para a Secretaria de Saúde, mesmo com toda demanda que todo mundo sabe que a saúde tem. Então acho vai demorar muito pra contratarem uma assistente social pra

educação, porque se nós que estamos todos os dias trabalhando na escola com todas essas problemáticas, nem nos tocamos dessa possibilidade, imagine quem trabalha só na gestão” (PROFESSORA 01).

Para exemplificar a questão, recorro a uma das entrevistas que mais me conduziu a ampliar as faces de reflexão sobre a temática da educação:

“90% dos problemas da escola acontecem por culpa das famílias, problemas de desestrutura familiar. Acho que com o assistente social na escola, a gente poderia resolver muitas questões, por exemplo, de falta de disciplina, higiene, falta de respeito e também de distanciamento das famílias, porque não tão nem ai para a escola e mesmo que a o governo faça de tudo para melhorar a educação, com tanto mal exemplo na família não tem jeito” (PROFESSORA 06).

Nesse exemplo constatei que alguns profissionais percebem a gestão das políticas de educação como eficazes e acreditam que o problema se encontra apenas na família. Ainda que esse não tenha sido o posicionamento da maioria das profissionais entrevistadas, não pude deixar de citá-lo, pois em seus relatos na entrevista e também no questionário, fica muito visível a visão de realidade limitada em parte por julgamentos de moralidade no que se refere à família e por análises alienadas no que se refere à política pública de educação.

É importante ressaltar que compreendo as políticas públicas enquanto promotoras de processos que podem levar a emancipação humana, porém tal realidade somente se concretizará a partir de constantes reflexões críticas, acerca da gestão da coisa pública e de todos os condicionantes e determinantes que interferem direta e indiretamente na educação pública. No entanto, as categorias de análise levantadas foram diversas e o modelo de artigo não comporta tamanha pesquisa. E tendo em vista que só percebi essa questão quando os prazos para a entrega do trabalho já estavam a me assombrar, optei por não apresentar nesse estudo todas as análises realizadas, pois servirão de sustentação para estudos futuros já que esse é meu primeiro estudo acerca da temática em questão.

Nesse contexto, apresento alguns dos dados quanti-qualitativos levantados acerca da identificação do espaço de atuação e o posicionamento dos sujeitos de pesquisa em relação à família, a escola e ao Serviço Social, enquanto um anúncio dos outros estudos que pretendo dar continuidade e um convite a todos que tenham

interesse de pesquisa nesse espaço do conhecimento, como por exemplo, os citados abaixo:

### **Serviço Social/ Escola**

- ❖ 50% tiveram contato ou conhecem algum assistente social;
- ❖ 90% desconhecem a função social do Assistente Social;
- ❖ 100% defendem a entrada do profissional na equipe da escola;
- ❖ 95% desconhecem porque esse profissional não é contratado para atuar nas escolas do município;
- ❖ 100% identificam que a principal demanda do assistente social se dá na relação família/ escola;
- ❖ 80% consideram que a entrada do assistente social poderia melhorar as condições de trabalho de toda a equipe;
- ❖ 90% sugeriram que a pesquisa fosse encaminhada a secretaria da educação do município;

### **Família/ Escola**

- ❖ 80% afirmaram conhecer a maioria das famílias dos (as) alunos (as);
- ❖ 50% responsabilizaram os familiares pelas dificuldades encontradas no cotidiano escolar;
- ❖ 30% responsabilizam a escola e a família;
- ❖ 20% responsabilizaram a escola, a família e o sistema de educação;
- ❖ 10% responsabilizaram o sistema econômico e o sistema educacional;
- ❖ 50% responsabilizaram a família pelo baixo rendimento escolar;
- ❖ 50% afirmaram que o distanciamento das famílias se deve ao desinteresse familiar;
- ❖ 30% afirmaram que o desinteresse se dá por reflexos da situação econômica;
- ❖ Todas as entrevistadas relataram terem observado no espaço escolar, sinais de negligência e/ou de violência doméstica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Serviço Social atua na Educação na intenção de revelar possibilidades de trabalho, promover e ampliar espaços de debate, fomentar e potencializar processos

mais coletivos e mais sólidos, devido a sua formação crítica. Mas não tenho a ilusão que a inserção dos assistentes sociais possa encontrar todas as respostas necessárias aos desafios postos a educação pública, seja para o desenvolvimento socioeconômico, seja para a consolidação da cidadania, mas se almeja que a Educação seja potencializada para viabilizar a emancipação.

Assim como os demais profissionais que já atuam no espaço público educacional, o assistente social terá que lidar constantemente com a contradição que é oriunda de sua função social, pois ao mesmo tempo em que atua a serviço do povo, tem como chefe o Estado. Em outras palavras, o assistente social também é um profissional assalariado, inscrito na divisão sócio-técnica do trabalho enquanto classe trabalhadora, ou seja, cabe ao assistente social e a todos os profissionais que atuam nesse espaço, se colocar em constante auto-avaliação para que seja possível encontrar saídas para o enfrentamento das mazelas sociais postas a escola.

Encontrar estratégias que os coloque a discutir constantemente o papel político brasileiro, compreender e acompanhar a dinâmica histórico-social, identificar os possíveis instrumentos de transformação pedagógica e, entre outros, devem fortalecer a participação de diversos atores sociais no espaço cotidiano das lutas pela educação emancipatória (FERREIRA; DALILA; OLIVEIRA, 2009).

Compreendendo que não há e nem deveriam existir fórmulas e/ou manuais prontos para esse tipo de atuação, dentre as várias reflexões que me foram possíveis de realizar, evidencio que o ponto de partida, o meio e o todo do processo de construção de uma atuação no ambiente escolar deve ter como “luz no horizonte” o cotidiano de trabalho e a conjuntura que o determina, com base em uma visão crítica de realidade que considere que o sistema vigente é de exploração e que sua permanência depende empoderamento do sistema econômico vigente é de exploração e que para consolidar suas bases para garantir sua permanência depende de estratégias de “encortinamento do real”, ou seja, depende da alienação e da desmobilização dos sujeitos.

Diante do contexto apresentado até agora, é possível afirmar que a principal relevância dessa pesquisa para o campo do conhecimento educacional se dá na possibilidade de verificar que o Serviço Social por meio de sua prática, ou seja, devido aos instrumentos teórico-metodológicos que fundamentam sua atuação é na atualidade profissão indispensável no campo da educação pública. Porque é

capacitada para atuar em equipes interdisciplinares e multidisciplinares; executar programas de orientação sócio-familiar; caracterizar a população escolar; prestar esclarecimento e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública; articular com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais; elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas onde existem classes especiais; instituir trabalho em rede, entre outras, atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da lei 8662/93 (Código de Ética do Serviço Social, 1993).

Finalizando, dos conceitos trabalhados nesse estudo, pontuo a questão da alienação enquanto um dos maiores desafios da humanidade em relação desigualdade social, pois essa é uma ferramenta poderosa para os que detém o poder pois, possui influência direta na família, na escola, na sociabilização e, principalmente, nas relações de trabalho. Além disso, o processo de alienação compromete a emancipação humana, através de mitos, princípios, regras e preconceitos, que entre outros, promovem a desigualdade social.

Tendo em vista que a escola é/ou deveria ser o espaço para a construção de conhecimento que “libertaria a sociedade de processos alienantes”, cabe ao assistente social unir forças junto aos demais profissionais que atuam na educação pública, para lutar contra as opressões e exclusões, presentes no cotidiano escolar. Enfrentamento já previsto no projeto ético-político do assistente social, quando reforça a necessidade de formação de alianças entre profissionais, sujeitos e ciências, a fim de superar a alienação, articulando-se teórico e metodologicamente, a partir de estratégias que aproximem o povo da participação e da organização, para que se aproximem e encontrem no coletivo as possíveis respostas para o enfrentamento da injustiça social (FALEIROS, 2002, p. 15).

Assim como a alienação, algumas questões muito específicas se colocaram enquanto fios condutores em vários dos parágrafos desse artigo, como, por exemplo: questão social; cultura sócio-política; contexto sócio-histórico e sócio-econômico; interdisciplinaridade; exclusão; cotidiano; entre outros. A intenção é estabelecer diálogos que possibilitem um processo de análise mais conjuntural no pensar a educação pública, pois já há muita produção teórica reducionista a respeito da educação.

Na responsabilidade que me cabe enquanto pesquisadora e com base no compromisso assumido por nós assistentes sociais no projeto ético-político que

norteia nossa atuação, deixo aqui registrado as palavras dos reais sujeitos que encaram no cotidiano as mais diversas expressões da questão social, no sentido de “dar voz” aqueles que muito têm a contribuir para a produção do conhecimento, mas que em maioria vive na atualidade o distanciamento acadêmico devido a um cotidiano contraditório que aprisiona os profissionais a incalculáveis demandas. E ainda que essa seja uma estratégia metodológica que pode ser questionável, tendo em vista, que o espaço das considerações finais seria designado às impressões do autor (a) diante do contexto apresentado, ainda assim, faço das palavras dos meus sujeitos de pesquisa as minhas palavras, pois compreendo que esse seja o principal objetivo da conclusão de um trabalho, o despertar para a realidade e porque não concluir a partir das impressões dos sujeitos que a vivem.

“Sabemos que a função social da escola deveria ser o de formar cidadãos, mas como fazer isso, quando esse trabalho é impedido por todo tipo precariedade. Começando pela vergonha dos nossos salários e pela pobreza das nossas crianças” (PROFESSORA 09).

“Sabemos que as famílias passam por dificuldades financeiras e que muitos só mantêm as crianças na escola para receber os benefícios do governo. No decorrer do ano seguimos desenvolvendo atividades e pensando juntas possíveis formas de ajudar as crianças, pois sabemos que são elas que mais sofrem com a realidade das famílias. Mas resolver como tantos problemas? Nos sentimos inúteis e paralisadas diante de tanto descaso social. Eu sei que faço questão de mostrar aos familiares o tesouro que é uma criança e a importância do incentivo para esse cidadão em desenvolvimento, mas o tudo que penso estar fazendo se esvai, pois as famílias me parecem intocáveis, diante das injustiças que vivem. Ao contrário do que muitas pessoas pensam, nós professores fazemos muitos projetos na escola, não reduzimos nosso trabalho a passar conteúdos no quadro e ao recorte de revistas, porém os projetos dificilmente tem continuidade pois, dependem do comprometimento das famílias e da vontade política de nossos governantes e essa é a parte mais complicada, porque de certa forma o descaso social gera eleitores e por mais incrível que pareça, gera também consumidores para o mercado” (PROFESSORA 09).

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luis Teixeira. **A função estratégica da educação neste final de século.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo. 3. Brasília: UNB, CEAC, 2000.

ANGULO. **A ocupação urbana do litoral paranaense e as variações da linha de costa.** Boletim Paranaense de Geociências, v. 41, p. 10, 1993.

ARANHA, Maria, L. de Almeida. **História da Educação.** 2ª. Ed. Atual. São Paulo. Moderna. 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Presidência da República do Brasil, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social.** Brasília: 2001.

ABESS. **Serviço Social na Educação.** Grupo de estudos sobre o Serviço Social na educação. Brasília: DF. 1996.

COSTA, Mario. **“Tempos de Desesperança”: roteiro para repensar a educação quando o futuro parece sombrio.** In GT-02, Educação e Sociedade. XXIV Encontro Anual da ANPOCS. Petrópolis, outubro/2000.

FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. **Viajando com um PPP de intencionalidade emancipatória: ad-mirando a formação universitária e a ação de seus sujeitos.** Projeto de Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez; 2002.

FERREIRA, E. & OLIVERIA, D. **A Crise da Escola e Políticas Educativas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido.** Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

GHANEM, E. **Participação popular na gestão escolar: três casos de políticas de democratização.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 1996. In: BICUDO, M.A.V.; SILVA JÚNIOR, C.A. Formação do educador e avaliação educacional. São Paulo: UNESP, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

KUENZER, Acácia Z. "**As mudanças no mundo do trabalho e a educação: Novos desafios para a gestão**". In: FERREIRA, Naura S.C. *Gestão democrática da educação: Atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 1998.

LOPES, Eleni Melo Silva. **Serviço Social e Educação**: as perspectivas de avanços do profissional de serviço social no sistema escolar público. 2005. 25 fls. Trabalho Acadêmico – Unesp – Campus de Marília, Marília, 2005.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2007.

MENDONÇA, E.F. **A regra e o jogo**: democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas: FE/UNICAMP, 2000.

LUKÁCS, Georg. **História y Consciência de Classe**: estudos de dialéctica Marxista. México: Grijaldo, 1971.

LIMA, E. R. et al. **Caracterização do Nimad e do litoral paranaense**. In: LIMA, R. E.de; NEGRELLE, R. B. (Orgs.). *Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná: Diagnóstico*. Curitiba: UFPR, 1998. p. 3-12.

MARX, K. E ENGELS, F. "Feuerbach. **Oposição das concepções materialista e idealista** (capítulo primeiro de "A ideologia alemã"). In: *Obras escolhidas*. Lisboa/Edições Avante! e Moscovo/Edições Progresso, 1982.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo, Cortez, 6a edição. 2006.

NETTO, J. P.; BRÁZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido e ANASTASIOU, Lea das Graças Camargo. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

## APÊNDICE

## QUESTIONÁRIO E ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Escola** \_\_\_\_\_

Endereço/ Telefone -

\_\_\_\_\_

**Nome do Entrevistado** \_\_\_\_\_

### Situação de Trabalho:

- |                                    |                                |
|------------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Direção   | <input type="checkbox"/> PSS   |
| <input type="checkbox"/> Professor | <input type="checkbox"/> CLT   |
| <input type="checkbox"/> Família   | <input type="checkbox"/> CC    |
| <input type="checkbox"/> Outro     | <input type="checkbox"/> Outro |

### 1. PERFIL PROFISSIONAL

---

Há quanto tempo atua na educação pública?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Qual é a sua formação profissional?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Como entende a sua função?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Trabalha em mais de uma escola?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Nasceu no Litoral? Quanto tempo tem de moradia em Matinhos?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Qual a sua composição familiar?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Qual a renda per capita familiar?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Tem grau de parentesco com alguém da gestão municipal?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

## 2. SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA

---

O que você entende por Serviço Social?

---

---

Conhece algum assistente social? Em que situação conheceu?

---

---

A equipe de profissionais da escola tem em seu quadro @ assistente social? Se não, você sabe o porquê não tem?

---

---

---

Você acha importante a atuação desse profissional na escola? Por quê?

---

---

---

Se esse profissional atuasse na escola, quais trabalhos você acredita que poderiam ser realizados?

---

---

---

---

Você e/ou algum colega de trabalho já encaminhou alguma situação que acreditasse ser demanda específica para um assistente social?

---

---

---

---

Com relação ao seu espaço de atuação, que influencia a atuação do assistente social teria? Por quê?

---

---

---

Quais são as principais demandas da escola em relação aos aspectos sócio-educacionais? Por quê?

---

---

---

---

---

---

---

### 3. A ESCOLA

---

Em sua opinião qual é o papel da escola?

---



---



---



---

O que poderia ser melhorado/ modificado/ transformado/ adequado na escola em que você atua?

---



---



---



---

Das opções abaixo, qual e/ou quais você acredita que poderia ser melhorado?

- |  |  |   |
|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> Capacitação Docente   | <input type="checkbox"/> Gestão Administrativa | <input type="checkbox"/> Gestão Pedagógica      |
| <input type="checkbox"/> Material didático     | <input type="checkbox"/> Merenda Escolar       | <input type="checkbox"/> Esporte e Lazer        |
| <input type="checkbox"/> Saúde e Higiene       | <input type="checkbox"/> Cultura e Artes       | <input type="checkbox"/> Eventos                |
| <input type="checkbox"/> Núm. Funcionários     | <input type="checkbox"/> Biblioteca            | <input type="checkbox"/> Didática               |
| <input type="checkbox"/> Atendimento a Família | <input type="checkbox"/> Atend. aos alunos     | <input type="checkbox"/> Atend. aos Professores |
| <input type="checkbox"/> Gestão Municipal      | <input type="checkbox"/> Nada                  | <input type="checkbox"/> Outros                 |

Por que?

---



---



---



---



---

Em sua opinião, qual é o papel das Secretarias Municipais de Educação?

-

---



---



---

Como você vê a situação atual da educação brasileira?

---



---



---



---



---



---

#### 4. FAMÍLIA/ ESCOLA

---

Como se dá a relação família/escola? Exemplifique.

---



---



---



---

Como você percebe o grau de participação da família na escola em que trabalha?

---



---



---



---

Classifique:

( ) Boa ( ) Razoável ( ) Ruim ( ) Péssima ( ) Ótima ( ) Excelente

Quais os espaços de participação para a família na escola em que você atua?

---



---



---



---

Quais os motivos dos familiares que não participam da escola?

---



---



---



---

Dentre as opções abaixo quais se aproximam mais da realidade das famílias mais distantes das programações da escola?

- |                  |                                     |
|------------------|-------------------------------------|
| ( ) Trabalho     | ( ) Falha de Comunicação da escola  |
| ( ) Desinteresse | ( ) Falha de comunicação da família |
| ( ) Outro        | ( ) Incompatibilidade de horários   |

Você conhece os parentes de seus alunos? Em que média?

( ) -30% ( ) -50% ( ) +50% ( ) 80% ( ) 100%

Existem alunos com rendimento considerado baixo? Exemplifique

---



---

Existem situações mais complexas quanto ao comportamento, como por exemplo, alunos violentos com colegas e/ou com si mesmo, problemas de socialização, depressão, deficientes físicos e/ou mentais, entre outros? Quais?

---



---



---

## 5. FAMÍLIA

---

Qual a composição familiar da sua família?

---



---

Qual é o papel da escola?

---



---

Como é o seu filho na escola? Tem dificuldades na aprendizagem?

---

O que você entende por rendimento escolar?

---



---

Com que frequência você participa da escola? E como participa?

---



---



---

Quais mudanças te levariam a participar mais do espaço escolar?

---



---

O que você acha da educação brasileira?

---



---

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Tendo em vista que esse questionário é parte de uma pesquisa acadêmica que tem como proposta fomentar o debate sobre a importância da atuação do assistente social na educação. O que você espera de uma pesquisa como essa?

---



---



---



---



---

EU, \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ AUTORIZO A DIVULGAÇÃO  
DOS DADOS LEANTADOS NESSE QUESTIONÁRIO DESDE QUE SEJA PRESERVADO MINHA  
IDENTIDADE PESSOAL.